

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

CENTRO DE EDUCAÇÃO

CURSO DE PEDAGOGIA

ROSIANE DA SILVA LIMA

**A DOCÊNCIA NO BRASIL IMPÉRIO: notas sobre concursos para professoras(es)
primárias(os) na Província das Alagoas (1859-1875)**

MACEIÓ

2017

ROSIANE DA SILVA LIMA

**A DOCÊNCIA NO BRASIL IMPÉRIO: notas sobre concursos para professoras(es)
primárias(os) na Província das Alagoas (1859-1875)**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria das Graças de Lóiola Madeira.

Maceió

2017

ROSIANE DA SILVA LIMA

**A DOCÊNCIA NO BRASIL IMPÉRIO: notas sobre concursos para professoras(es)
primárias(os) na Província das Alagoas (1859-1875)**

Aprovado em: / /

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Maria das Graças de Lóiola Madeira (CEDU/UFAL)

Prof^a. Dr^a. Cristiane Marcela Pepe (CEDU/UFAL)

Prof^a. MSc. Suzana Lopes de Albuquerque (IFG)

Maceió/2017

DEDICATÓRIA

A Deus, que sempre esteve e está comigo me ajudando a controlar as minhas ansiedades...

E a minha família, pelo carinho, apoio e por acreditar que eu seria capaz.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ser meu porto seguro, a quem posso recorrer em momentos de angústia e ansiedade, que me ajuda a superar e me faz forte .

A meu pai Antônio (in memorian), a minha amada mãe Diva que mesmo em meios a tantas dificuldades me proporcionaram os estudos. Também aos meus queridos cinco irmãos e aos meus sobrinhos pelo carinho, apoio e incentivo.

Ao meu esposo Antonio Cícero e aos filhos Jéssica Lima e Lucas Lima, pelo apoio incondicional nesta caminhada que muitas vezes souberam compreender a minha ausência.

A Maria Queiroz e Juliana Elias, amigas que a vida me presenteou na Universidade, e que tanto me incentivaram a dar continuidade nessa trajetória.

Aos professores e aos colegas do Curso de Pedagogia, por terem participado da minha formação acadêmica.

Aos funcionários do Arquivo Público de Alagoas que possibilitaram o acesso à pesquisa, trazendo contribuições para a efetivação deste trabalho.

A minha professora e orientadora Prof^a. Dr^a. Maria das Graças de Loiola Madeira, pela pessoa admirável que é, por suas palavras de estímulo, seus conselhos, direcionamentos nas leituras, momentos de estudo e por sua incansável paciência diante das minhas limitações.

As professoras Cristiane Pepe e Suzana Lopes por aceitarem compor a banca examinadora e por seus apontamentos importantes a melhoria desta pesquisa.

Aos professores e colegas pertencentes ao grupo de pesquisa, agradeço pelos momentos agradáveis e pelas discussões realizadas que tanto contribuíram para construção de novos conhecimentos.

Muito obrigada!

RESUMO

Este estudo é resultado de pesquisa realizada no Arquivo Público do Estado de Alagoas (APA) cujo propósito foi analisar provas manuscritas para concursos públicos da década de 1850 e 1870, destinado à instrução primária para o sexo feminino/masculino das povoações da província alagoana. A intenção em discutir os processos pelos quais os professores eram selecionados para ocupar cargos das aulas públicas primárias deve-se as poucas publicações disponíveis a respeito, e ao mesmo tempo, a uma quantidade expressiva de documentos manuscritos no APA. Buscamos contribuições para elaboração deste trabalho nos estudos de Gondra e Schueler (2008), Jane S. de Almeida (2006), Humberto Vilela (1982), Heloísa Villela (2005), Silva e Araújo (2014) e Ivan Teixeira (2011). Do ponto de vista teórico-metodológico, a autora francesa Arlete Farge (2009) nos ajudou com esta pesquisa a entender que a emergência de fontes que sugere indícios ou fragmentos indicando um lastro maior de um conjunto, neste caso, sobre a formação docente no Brasil do século XIX. Foi ainda a partir das reflexões metodológicas de Lara (2008) que analisamos e interagimos com o material encontrado. O corpo documental explorado foi composto pelas provas propriamente ditas e os *fólios* documentais da Diretoria Geral da Instrução Pública da Província, bem como notícias de um dos jornais da época, o *Diário das Alagoas*. Do que foi garimpado no referido acervo, examinamos dois concursos do ano de 1859, um cujo conteúdo da prova solicita o significado do livro e outro contendo trechos da constituição do Império de 1824. Outros dois concursos do ano de 1875 cujo conteúdo era a escrita de estrofes de dois Cantos de *Os Lusíadas* (1572) do poeta português Luís de Camões, (possivelmente numa versão adaptada por Abílio Cesar Borges, o Barão de Macaúbas ou talvez até provável, pela versão de José Justiniano da Rocha, senador do Império) acompanhada de análise gramatical. Juntamente a essas, provas de Caligrafia com escrita de frases moralizantes e religiosas. Também provas constando explicações sobre o pronome 'se'. Para estes tópicos Magda Soares (2012) nos ajudou a interpretar as concepções de ensino da Língua Portuguesa do Brasil – Império e que segundo seus estudos este se deu de forma sem significado para nós nos dias atuais, mas para os filólogos da época tinha bastante significado. Foi tematizada a importância da referida obra para a formação docente da época, no sentido de compreender as razões pelas quais a obra de Camões ainda mantinha vigor para a formação docente e para a instrução primária da segunda metade do século XIX. A análise dos materiais junto aos estudos compartilhados apontou que uma forte razão para o uso da obra, ainda que deformada, na formação docente e também discente, era oriunda do campo político, pois intencionava com esses ensinamentos moralizar, civilizar o povo e manter o purismo da língua. Também essa análise nos levou a compreender as práticas de ensino no referido século.

Palavras - chave: Profissão docente - concursos - Ensino primário - Alagoas

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01- Prova de concurso de 1859 da candidata Josefa Pereira Bastos: Significado do livro.....	21
Imagem 02- Prova de concurso de 1859 da candidata Feliciano Emília Maciel de Carvalho: Fragmento da Constituição do Império de 1824.....	23
Imagem 03- Prova de conteúdo caligráfico datado de 1875 da candidata Fredovinda Febronio Labatut.....	25
Imagem 04- Prova de concurso de 1875 do candidato Avelino Marques de Almeida: Conteúdo caligráfico.....	26
Imagem 05- Prova de admissão ao magistério do candidato Lucio Valladary de Oliveira Costa: Do pronome ‘se’.....	28
Imagem 06 e 07- Conteúdo de análise gramatical d’ Os Lusíadas da candidata Anna Leitão de Jesus em agosto 1875. (Canto 4º estância 22).....	30
Imagem 08- Conteúdo de análise gramatical d’ Os Lusíadas da candidata Josefa Olympia d’ Anunciação em setembro de 1875. (Canto 3º estância 40).....	33

Imagens fotografadas de manuscritos do Arquivo Público de Alagoas (APA), situado em Jaraguá, Maceió. Data de acesso às imagens: 15 de outubro de 2015.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
2 FORMAÇÃO DO PROFESSOR PRIMÁRIO NO BRASIL - IMPÉRIO	15
2.1- Lugar de formação dos professores	15
2.2- Os requisitos para o ofício do professor(a) primário no Brasil – Império	17
3 AS PROVAS DOS CONCURSOS PARA PROFESSOR(A) EM ALAGOAS	20
3.1 – Provas: descritiva sobre o significado do livro e trechos da Constituição de 1824	21
3.2 - Prova de caligrafia: conteúdo gramatical e/ou moralizante e patriótico?	24
3.3 – Prova de análise do pronome “se”	27
4 PROVAS PARA O SEXO FEMININO CONSTANDO ESTROFES D’ OS LUSÍADAS	30
4.1 – Canto 3º e 4º: uma explicação sobre o emprego da obra do poeta português	30
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS	43

1 INTRODUÇÃO

O interesse por este estudo foi despertado em mim, primeiramente, ao cursar a disciplina Fundamentos Históricos da Educação e da Pedagogia (2011), quando fui solicitada a ler e apresentar a obra *Missão de Educar* do padre alagoano Teófanés Augusto de Araújo Barros, obra esta que aborda alguns relatos sobre a educação no contexto alagoano na década de 1930. A professora da disciplina convidou a turma para participar de grupos de pesquisa e falou do grupo Caminhos da Educação em Alagoas para aqueles que tivessem interesse por essa temática de estudo.

Ao participar do referido Grupo vinculado ao Centro de Educação- UFAL em 2012, depois continuei no recém-criado grupo (2014.1) hoje História da Educação, Cultura e Literatura, também do referido Centro, e sob a mesma coordenação, entrei em contato com estudos sobre a história da educação alagoana, particularmente sobre professores do Império. Neste grupo de pesquisa havia sido elaborado um Catálogo de Fontes Jornalísticas da Educação Alagoana (1850-1950), com base nos periódicos do século XIX: *Diário das Alagoas*, *O Liberal*, *Gazeta de Notícias*, *o Gutemberg*, *Jornal de Alagoas e o Orbe*. Participando como bolsista deste Grupo tive oportunidade de mapear informações referentes a professores primários que atuaram na Instrução Pública de Alagoas no século XIX, inclusive, para minha surpresa apareceram nomes de uma grande quantidade de professores e professoras, digo surpresa devido ao contexto da época, em que, segundo estudos de Gondra e Schueler (2008), a mulher era induzida pela família e pela sociedade a confinar-se em casa, a contrair matrimônio, constituir família e não participar de espaços escolares, muito menos ter uma vida profissional.

Através desta participação no Grupo fui orientada a visitar o Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGA) e o Arquivo Público de Alagoas (APA) para acrescentar dados à pesquisa. Visita esta, a princípio, para pesquisar sobre os docentes alagoanos do Império e que foi despertando em mim um interesse tal, uma curiosidade em querer estudar mais sobre o passado da educação com o qual ainda me deparo. Com um olhar observador, foi no rico acervo do APA, dentro de caixas, envolto em faixas que me deparei com manuscritos de provas realizadas em Maceió em concursos para Ensino Primário, entre as décadas de 1850 e 1870. Ainda fiquei mais surpresa e curiosa, porque entre essas provas de concursos estavam algumas realizadas por professoras; a historiadora francesa Arlete Farge (2009) deixa explícito que:

O arquivo aos pouquinhos oferece um esboço, no qual ela [a mulher] se revela tal como é, [...]. Graças a ele, a mulher não é um objeto à parte, cujos hábitos e costumes se adoraria exibir, mas um ser imerso de forma específica na vida social e política da época, Imersa no mundo masculino, dando sua contribuição a cada dia. (FARGE, 2009, p. 38-39).

A autora refere-se ao arquivo como lugar de suma importância na revelação do sujeito histórico, no tempo e espaço e o seu papel social, neste caso, a mulher professora. De fato, graças aos registros históricos preservados nos arquivos, a mulher não ficou fora do contexto histórico do século XIX. Ao ter acesso a essas provas manuscritas no arquivo alagoano pude, assim, presenciar a movimentação da mulher inserida na educação numa época em que, segundo estudos de Silva e Araújo (2014), esta pertencia ao universo masculino, “pois não era considerada uma forma digna uma mulher trabalhar fora” (SILVA E ARAÚJO, 2014, p. 147).

Diante dos desafios encontrados nesta pesquisa documental, utilizamos como aporte teórico-metodológico dois textos da área historiográfica: “O sabor do arquivo” da historiadora Arlete Farge e “Os documentos textuais e as fontes do conhecimento histórico” de Sílvia Lara.

Segundo Farge, “há manuscritos perfeitamente conservados e legíveis, mas de leitura difícil” (FARGE, 2009, p. 61). Devido a isso, para uma melhor compreensão da escrita desses manuscritos fui orientada a cursar uma disciplina do Curso de História por nome Paleografia, a qual me ajudou a avaliar a importância do conteúdo das fontes manuscritas. Além da dificuldade para leitura, Farge também analisa sobre ser paciente em relação à leitura de um manuscrito por ele apresentar alguns defeitos: “os cantos corroídos e as bordas danificadas pelo tempo engolem as palavras; o que está escrito na margem [...] geralmente fica ilegível, uma palavra que falta deixa o sentido em suspenso” (FARGE, 2009, p. 59). Realmente, passei por essa situação e isso traz dificuldade e requer paciência por parte do pesquisador.

Com a possibilidade de compreensão desses manuscritos do Arquivo Público Estadual de Alagoas, procurei fazer uma leitura mais apurada para captar práticas relacionadas ao ensino dessa época. Então, compreendi o conteúdo das provas encontradas em manuscrito e que será transcrito e analisado neste trabalho. São provas realizadas em concursos em Maceió no mês de Setembro de 1859 e entre os meses de Março, Agosto e Setembro de 1875.

A localização dessas provas manuscritas me trouxera grande entusiasmo e acréscimos para a pesquisa, pois estava em contato com *fólios*¹ *documentais* sobre algo que aconteceu em

¹ Fólio: do latim folium. Registro, manuscrito, livro de comércio numerado por folhas e não por páginas.

certo momento da história da docência alagoana da qual faço parte como pesquisadora e futura professora. Estes *fólios* traziam informações do que era exigido nas provas de um concurso para ser professor do ensino primário no período imperial de Alagoas, apontavam o conteúdo estudado para fazer essa prova e de que forma se dava o estudo da Língua Portuguesa.

Do ponto de vista metodológico, Farge (2006) nos ajudou a entender a emergência de fontes sugerindo indícios ou fragmentos que indicam um lastro maior de um conjunto, neste caso sobre a formação docente no Brasil imperial. E, para elaboração desta pesquisa documental no campo historiográfico, a fonte significa nosso ponto de partida.

A metodologia utilizada para realização deste trabalho foi proposta nos moldes dos estudos de Sílvia Lara (2008), conforme ela argumenta precisamos “interrogar os textos e inventar fontes”:

Claro está que não se trata de criar, mas sim de inventar fontes: interrogar os textos de tal modo que sejam capazes de fornecer informações sobre as ações humanas no passado.[...] Claro está que não se pode fazer qualquer pergunta aos textos que encontramos nos arquivos. Quando queremos saber coisas que não estão explicitamente registradas por eles, ou que não estão ligadas às motivações que deram origem aos escritos, temos que recorrer a estratégias para obter informações – inventar modos e meios de retirar dados e obter respostas para nossas perguntas – e, portanto, inventar fontes. (LARA, 2008, p.18-19).

Como mencionado, os *fólios* traziam apenas informações que não permitiam que os fatos falassem por si mesmos, ou seja, as provas. Por isso, foi imprescindível para esta pesquisa interrogar os *fólios*, fazer os documentos falarem. Tais perguntas nos ajudaram a buscar respaldo na literatura para que legitimasse as afirmações e reflexões produzidas pela sociedade naquele contexto, tempo e espaço e, assim, os documentos deixassem de ser apenas informações para se transformarem em fontes históricas, trazendo contribuições necessárias para a construção deste estudo.

Para análise dos *fólios documentais* busquei apoio teórico nos estudos de Gondra e Schueler (2008), que fazem abordagens em suas pesquisas sobre a formação de professores. Estudar esses materiais tem relevância para entender e desvelar o modo do professorado ingressar na escola pública, visto que ocorreu em uma época na qual era comum a prática das nomeações e indicações como aponta a autora Rose Mary Araújo (2014) em seus estudos sobre instrução pública primária na Paraíba, “[...] na qual predominava o apadrinhamento e nepotismo na contratação do corpo docente para a escola primária” (ARAÚJO, 2014, p.199).

Com relação aos estudos para ajudar na compreensão das fontes compartilhei das ideias de Humberto Vilela (1982) com a obra *A Escola Normal de Maceió (1860-1937)*, que trouxe dados referentes a instalação dessa escola. Humberto Bastos (1939) que também trouxe contribuições sobre quais circunstâncias se encontrava a escola das aulas primárias em Maceió. Vale salientar que ao ser criada a Escola Normal, ela não caminhou sozinha, existia uma relação de subordinação ao Liceu Alagoano, pois era responsabilidade de seus docentes a organização do currículo para a Escola Normal, a contratação de professores, a adoção de obras didáticas por eles elaboradas, além da seleção de professores primários. Tem relevância trazer informações sobre a Escola Normal nesse estudo porque iremos tratar da formação de professores, sendo a mesma a primeira escola institucionalizada com esse objetivo.

Dos estudos de Magda Soares (2012) que trouxe subsídios para entender a forma do estudo da Língua Portuguesa, tendo como ponto de observação a análise gramatical realizada nas respectivas provas que estão em estudo. Neste sentido, o que era a Língua Portuguesa? Soares (2012, p.149) aborda que: “Retórica, poética e gramática- estas eram, pois, as disciplinas nas quais se fazia o ensino da língua portuguesa até o fim do Império; só então foram elas fundidas numa única disciplina que passou a se denominar Português”. Contudo, na documentação pesquisada podemos averiguar a presença do uso de normas da gramática, separada da retórica e da poética, fazendo com que se desse o estudo da língua de forma dissecada, um estudo instrumental, a norma, algo que precisava ser memorizado.

Importa salientar que no século XIX surgiu a instituição das escolas, e com essa instituição teria que programar os saberes escolares que se formalizariam em currículos e, a partir desses currículos, se pensar quais saberes iriam fazer parte da formação dos professores. Em relação a isso, Soares (2012, p.141), explica que: “o surgimento da instituição escola está indissociavelmente ligado à instituição de saberes escolares”, ou seja, teria que caminhar ao mesmo tempo para assim formalizar o espaço de ensino. Esses saberes que faziam parte do currículo da Escola Normal, segundo Vilela (1982, p. 121), era a Cadeira de Gramática Nacional e Análise dos Clássicos, Aritmética e Geometria Prática e Noções Gerais de Geografia e História do Brasil. Com a instituição das escolas dá-se também uma espécie de regramento pela letra em que se controla dentro dessa escola o que e quando se aprenderia; era uma forma de preparar para servir e ser submisso à sociedade. Outro ponto importante é a chegada das gramáticas brasileiras no referido século.

Quanto a divisão do trabalho, o texto está composto de quatro capítulos. No primeiro apresentei os apontamentos introdutórios, no segundo capítulo centralizei na formação dos

docentes do Império. Qual o local dessa formação e de que forma ocorreu? Analisei os requisitos exigidos dos candidatos à docência, tanto pela direção da Instrução Pública quanto pelos padrões da sociedade da época. Foram analisados os saberes solicitados e sua associação com a formação da infância na época. Quem os examinava? As diferenças circunstanciais entre professoras(es) em relação aos seus ordenados, aos locais em que o professorado iria desempenhar seu trabalho e em relação aos exames a que eram submetidos.

No terceiro capítulo, expus a análise das provas encontradas no APA. Provas com conteúdo gramaticais, a exemplo, a análise do pronome “se”, conteúdos caligráficos: escritas do alfabeto, numerais e também frases de teor patriótico, religioso e civilizador, provas estas aplicadas em concurso para homens no mês de março em 1875; outras de nível caligráfico que foram realizadas no mês de agosto e setembro, do mesmo ano, com escritas de frases de cunho moral e religioso, provas estas realizadas por professoras. Localizei também provas que solicitavam descrição, por exemplo, sobre o que seria um livro. Tais provas foram também realizadas por professoras em setembro de 1859 para o preenchimento da cadeira de primeiras letras da povoação de Bebedouro, atual bairro de Maceió. Ainda no referido mês foram realizadas outras provas para professoras, estas contendo trechos sobre a Constituição de 1824. Em relação às provas sobre o pronome “se”, foi analisado como se dava o estudo da gramática.

Dediquei o quarto e último capítulo a análise das provas dos concursos para o ingresso no Magistério das primeiras letras, realizados em agosto e setembro de 1875, destinados a povoações de Alagoas, hoje cidades, a saber: Santana do Ipanema, Jacuípe e Coruripe. As referidas provas retratam um estudo gramatical de duas estâncias (estrofes) de dois Cantos que fazem parte da obra de Os Lusíadas (1572) do poeta português Luís de Camões, pedia-se análise sintática da estância 40 do Canto 3º e da estância 22 do Canto 4º². Analisei como se ensinava a gramática portuguesa e também a importância do estudo dessa obra para a formação docente no contexto imperial alagoano. Também através destes estudos consegui averiguar que o livro de Camões fora adaptado por Abílio Cesar Borges, o Barão de

² Canto 3º Estância 40

Qual diante do algoz o condenado.
Que já na vida a morte tem bebido.
Põe no cepo a garganta; e já entregado
Espera pelo golpe tão temido:
Tal diante do príncipe indinado
Egas estava a tudo offerecido:
Mas o rei, vendo a estranha lealdade,
Mais, pôde, enfim, que a ira, a piedade.

Canto 4º Estância 22

Das gentes populares, uns aprovam
A guerra com que a Pátria se sustinha:
Uns as armas alimpam, e renovam,
Que a ferrugem da paz gastadas tinha:
Capacetes estofam, peitos provam;
Arma-se cada um como convinha;
Outros fazem vestidos de mil cores,
Com letras, e tenções de seus amores.

Macaúbas em 1879 e por José Justiniano da Rocha em 1866, possivelmente eram estes utilizados nas escolas e não a obra na íntegra, sendo retirado os elementos eróticos da obra, deixando apenas o “sagrado”, que tem o caráter civilizador e religioso que a história portuguesa tinha como missão, como abordou Teixeira (2011). Daí a importância de usar Camões mesmo sendo a obra mutilada pelos referidos autores: civilizar o povo desde a infância e também pela questão do vernáculo.

Segue-se quadro para melhor situar os tipos de materiais manuscritos analisados neste trabalho e suas respectivas datas:

SEXO	MÊS/ANO	PROVAS	CONTEÚDO	QUANT. DE PROVAS (35)
feminino	set/1859	Escrita	Significado do livro	03
feminino	set/1859	Escrita	Trechos da Constituição do Império de 1824	03
masculino	mar/1875	Análise gramatical	Pronome ‘se’	05
masculino	mar/1875	Caligrafia	A escrita do alfabeto maiúsculo, minúsculo e frases civilizadoras	04
feminino	agos/1875	Caligrafia	A escrita do alfabeto maiúsculo, minúsculo e frases moralizantes	08
feminino	agos/1875	Análise Gramatical	Canto 4º estância 22 d’ Os Lusíadas de Camões	08
feminino	set/1875	Análise Gramatical	Canto 3º estância 40 d’ Os Lusíadas de Camões	04

Fonte: As provas manuscritas datadas em 1859 na Caixa 059. As provas manuscritas datadas de 1875 na Caixa 03.

Com a localização dessas 35 provas no Arquivo Público de Alagoas foi possível fotografá-las em 15 de outubro de 2015. O número de provas não é compatível ao número de candidatos, pois alguns fizeram duas ou três provas.

2 A FORMAÇÃO DOCENTE PARA ESCOLA PRIMÁRIA NO BRASIL-IMPÉRIO

O objetivo deste capítulo é compreender de que forma ocorria o processo de formação antes e depois da instalação da Escola Normal no Brasil Império, especialmente na província alagoana. Também sobre os requisitos para a inserção no magistério público. Quais saberes eram solicitados? Quem os examinava? E as diferenças salariais por questões de gênero e localidade.

2.1– Lugar de formação dos professores

Antes da criação das escolas normais, os mestres eram pouco instruídos, pois sua formação, segundo Heloísa Villela (2005, p. 104), se dava num processo denominado de "modelo artesanal", ou seja, a formação era adquirida pela prática. Fazendo-se visível a necessidade urgente da criação da Escola Normal para a formação de mestres qualificados por uma instituição profissionalizante.

Na obra *A Escola Normal em Maceió- 1869 a 1937*, Humberto Vilela (1982, p. 78) aborda que a referida escola foi inaugurada em 09 de junho de 1869. E que, por motivos financeiros, só possuía um professor: o Dr. Joaquim José de Araújo, e que também era o diretor. O autor faz referência que antes da instalação da instituição havia as aulas primárias práticas nas escolas de primeiras letras (VILELA, 1982, p.133). Funcionavam em locais improvisados como nas residências dos próprios mestres, em sala de visitas de casas particulares, nas salas de entradas de lojas maçônicas, nas paróquias, nos salões de casas-grandes de engenho e alpendres de sítios.

Segundo os manuscritos encontrados, houve concurso em setembro de 1859 para o sexo feminino, ou seja, uma década antes da inauguração da Escola Normal. Cabe perguntar: Onde se formavam essas pretensas candidatas ao magistério? Ou o concurso resultava numa seleção por não terem passado por uma instituição de formação de professor? Gondra e Schueler (2008) explicam que:

Um desses mecanismos era a aprendizagem do ofício docente pela prática, por meio da qual alunos auxiliares e monitores, também chamados de professores adjuntos, se preparavam para iniciar o exercício da docência no interior das próprias escolas e dos processos de ensino. Os aprendizes, alunos e alunas das escolas primárias, na maioria das vezes, eram admitidos como substitutos e, na medida em que auxiliavam os professores efetivos, adquiriam os saberes, as técnicas, as regras e os segredos das práticas de ensino, apreendendo, por impregnação cultural, pela experiência, as regras do ofício. (GONDRA; SCHUELER, 2008, p.190).

Subentende-se que as referidas candidatas não teriam sido formadas pela Escola Normal, mas obtido atestado por ter frequentado as referidas aulas primárias práticas. Uma vez que, como consta na obra de Humberto Vilela (1982, p. 85), os primeiros alunos formados pela instituição foram do sexo masculino, um deles Enéias Augusto Rodrigues de Araújo. Seria, dessa forma, que alunos e alunas das escolas primárias eram solicitados como auxiliares de seus mestres e então aprendia na prática, segundo expressão usada por Villela (2005) “modelo artesanal”?

É provável que houvesse, então, uma espécie de admissão docente por meio de seleção de meninas ou meninos para o Magistério, e que era exigido deles saberes, conforme estudos realizados por Adriana Santos (2011), “Logo, observa-se que antes da criação e efetivação das escolas normais brasileiras, já havia exigência para a conquista da docência” (SANTOS, 2011, p. 14). Teriam que expor seus saberes adquiridos pelo convívio com o professor da sala e sua prática docente como referido antes "modelo artesanal", através de concursos públicos. Dessa forma, essa seleção oficializava a condição de professor do ensino das primeiras letras para os alunos auxiliares, monitores também nomeados de professores adjuntos. Conforme Humberto Bastos (1939), “[...] a escola em Maceió continuava como pardieiro incrível, inacessível e prejudicial ao mundo infantil que dela precisava” (BASTOS, 1939, p. 11). Sendo assim, a profissão docente se reproduzia de forma precária não somente na sociedade alagoana, mas numa esfera nacional.

Essa forma de seleção para ser admitido nas cadeiras vagas da instrução pública acontecia antes da criação da Escola Normal. Após a instalação desta em 1869, em Alagoas, ainda permaneceram as seleções para a inserção no ofício de ser professor? Com relação a esse questionamento, Heloísa Villela (2005) declara que "as escolas normais conviveram com um sistema paralelo, objetivado nas práticas de acesso à carreira docente - os concursos e nomeações" (VILLELA, 2005, p.111), deixando assim, a manutenção da formação institucionalizada enfraquecida em várias províncias. A valorização dos concursos e a figura

do adjunto eram acobertadas pela Reforma Couto Ferraz, na década de 1850, porém trouxe algumas dificuldades para a manutenção das escolas normais, tornando-o, a princípio, um curso sem valor. Como foi mencionado, a formação de professores pelo método artesanal predominava antes da criação da Escola Normal e andou paralela a formação institucionalizada ainda por um bom tempo.

Conforme os estudos de Silva e Araújo (2014) sobre a formação do professor primário na Paraíba do século XIX, "os concursos tinham a função de selecionar pessoas que não eram tituladas pela Escola Normal para o preenchimento de vagas existentes nas escolas primárias das vilas e povoações da Província" (SILVA E ARAÚJO, 2014, p. 133), visto que a Lei Geral de Ensino de 15 de outubro de 1827 alegava que deveria se criar escolas em todas as vilas e povoações das províncias brasileiras. Possivelmente, essa seleção ocorria aqui em Alagoas e nas demais províncias. Entretanto, em 1883 na Paraíba criou-se a Lei de que após três anos de funcionamento da Escola Normal, só seriam permitidos se inscrever em concursos para ingresso no magistério primário os candidatos que possuíssem o diploma de normalista. No ano seguinte essa Lei deixa de vigorar, sendo considerado que não precisava ter o diploma, mas teria que apresentar experiência profissional para se inscrever nos concursos (SILVA E ARAÚJO, 2014, p. 124).

Em relação aos valores estabelecidos para salários destinados às professoras, havia diferença quando comparado aos salários dos professores. Quanto a isto, Jane Almeida (2006) em seus estudos argumenta que:

Os setores ocupacionais com os menores salários são e sempre foram ocupados por mulheres, nos mais diversos países de economia capitalista, devido ao fato de que a opressão exercida ao longo dos séculos fez com que o trabalho por elas desempenhado fosse considerado hierarquicamente inferior. (ALMEIDA, 2006, p. 135).

Quanto a localidade, havia também diferença entre os salários do professor da capital em relação ao do interior, sendo o da capital um valor mais elevado.

2.2- Os requisitos para o ofício do professor(a) primário no Brasil-Império

Antes da criação das escolas normais no Brasil, os alunos que optassem por serem professores bastavam adquirir conhecimentos rudimentares com seus mestres nas escolas de primeiras letras como a leitura, escrita, saber contar e ser versado na doutrina cristã, e para as mulheres, além desses, era requisitado conhecimentos das prendas domésticas. As exigências quanto a moral e os bons costumes dos candidatos ao ensino era prioridade, em contrapartida quanto ao conhecimento especializado não ocorria um processo tão criterioso. A propósito, Uekane (2005) adverte que:

A maneira como este modelo de formação se constituiu demonstra que aos professores primários bastaria conhecer as noções de primeiras letras, acrescido de um certo domínio do método utilizado nas escolas sem, no entanto, abandonar a questão da moralidade, vista como um requisito “essencial” para que os candidatos fossem considerados qualificados para o exercício do magistério. Este modelo de formação, ao exigir dos seus alunos-mestres o domínio de poucos saberes, permaneceu como norma na Corte durante parte deste século, oficialmente de 1854 a 1879. (UEKANE, apud GONDRA; SCHUELER, 2008, p.190).

A essas afirmativas somam-se outras, sobre a formação geral dos docentes, conforme estudos de Mônica Santos (2008):

Os professores do sexo masculino quando não eram formados em Direito e Medicina, tinham apenas o ensino secundário, ou só ler, escrever e contar. Com relação às professoras, a grande maioria apenas dominava o ler, escrever e contar. Com a criação da Escola Normal homens e mulheres leigos puderam ter o curso normal. (SANTOS, 2008, p. 133).

Então, como foi mencionado, eram exigidos apenas conhecimentos rudimentares sem nenhuma habilitação pedagógica. Ainda os estudos de Santos (2008), sobre o currículo da escola primária na época: “disciplinas moral cívica e religiosa, lições de cousas, leitura e escrita, gramática nacional, aritmética elementar, sistema métrico, noções de geografia e história, ciências físicas e naturais, desenho - linear” (SANTOS, 2008, p. 33). Com a presença das disciplinas moral cívica e religiosa dá-se a entender que o intuito era civilizar a população pobre e ofertar o básico, saber ler, escrever e contar já era suficiente, visto que os cargos públicos, almejados por muitos, já eram destinados à elite que chegava a ter uma formação mais elaborada com o secundário e superior. Esse currículo mencionado refere-se aquele da escola primária como a autora relata. E, assim diante desse cenário se dava a instrução popular primária não somente em Alagoas, mas em todo território brasileiro no contexto imperial.

Discorrendo sobre os requisitos para uma pessoa exercer o ofício de ser professor na segunda metade do século XIX: a vida pessoal, e principalmente a conduta moral e os deveres como formador da infância no ensino primário, Gondra e Schueler (2008) argumentam que:

[...] A moralidade do professor primário, portanto, relacionava-se à totalidade dos aspectos de sua personalidade, incluindo a sua conduta moral, familiar e sexual, os hábitos de vestir e de falar, os seus gestos, os seus comportamentos na vida pública, as suas formas de ensinar e de administrar a escola, os espaços e os tempos escolares e os exemplos que sua figura espelhava – para além da sua apresentação e da inserção na vida social da comunidade, do atendimento aos requisitos exigidos para o exercício da docência e da obediência as normas e aos regulamentos estatais. (GONDRA; SCHUELER, 2008, p.177).

Segundo estes autores, era de suma importância para o Estado a investigação sobre a moralidade dos pretensos candidatos, e as exigências aumentavam para as mulheres que queriam ingressar no Magistério. Consta nas fontes documentais que para o feminino, além da prova escrita, elas eram também submetidas a realizar exames de prendas domésticas e trabalhos de agulhas, os quais eram examinados por professoras. Neste sentido nessa época, as mulheres puderam compor bancas examinadoras de concurso público para professoras primárias para avaliar o requisito Prendas Domésticas e Trabalhos de Agulhas.

As exigências acerca da moralidade e dos bons costumes do professor para exercício do cargo eram essenciais, visto que eram exigidos em todas as províncias brasileiras por autoridades atuantes, próximas a moradia destes. Conforme carta destinada ao Presidente da Província de Alagoas em 1875, diretamente escrita pela candidata aprovada no concurso para a cadeira vaga de instrução primária para o sexo feminino de Sant'Anna (atual cidade de Santana do Ipanema/AL), Anna Roza do Sacramento Borges faz petição solicitando a vaga para ela, visto que era casada e residente na mesma localidade. Conforme ela cita na carta, ser casada era um dos requisitos apresentados no Regulamento de 1º de Março de 1855. De acordo com estudos de Almeida:

A mão de obra feminina na educação principiou a revelar-se necessária, principalmente tendo em vista os impedimentos morais dos professores de educar meninas e a recusa da sociedade à co-educação dos sexos, considerada perigosa do ponto de vista moral. (ALMEIDA, 2006, p.136).

A autora argumenta que do ponto de vista moral não era bem visto e aceito pela sociedade da época a inserção de professores para ensinar meninas. Provavelmente, a preferência de professoras casadas em relação às solteiras também fosse em prol da moral e

dos bons costumes, visto que esse concurso era para o ensino de meninas. Então, como se vê o referido Regulamento de 1855 deixava claro a preferência pelas mulheres casadas para preenchimento das cadeiras vagas.

Almeida (2006) aborda que “as mulheres até o século XIX só tinham acesso à educação religiosa ministrada nos conventos” (ALMEIDA, 2006, p. 138). Talvez esse seja um dos motivos dos registros de frases nas provas analisadas sobre Deus e virtude. A autora deixa claro também que a quantidade significativa de mulheres exercendo o magistério deu-se por alguns fatores vigentes na época, e que um dos tais era da existência de um discurso ideológico que dizia ser a mulher responsável pela regeneração moral da sociedade. E, que “se entendia que cuidar de crianças e educar era missão feminina”, aproximando-se, assim, do pensamento que a mulher desempenharia melhor a profissão pelo fato de a docência estar relacionada à maternidade. Minimizando a profissão docente e trazendo ranços até os dias atuais em que nos deparamos com pessoas compreendendo a mesma como uma vocação.

A busca aos estudos de Almeida (2006) nos trouxe contribuições referentes a profissão docente feminina e não levamos adiante discussão sobre o feminismo por não ser o foco principal desse estudo. Retomamos ao objetivo central desse trabalho, a análise das provas para concursos – tópico que abordamos em seguida.

3 AS PROVAS DOS CONCURSOS PARA PROFESSORAS(ES) EM ALAGOAS

Este capítulo tem o propósito de apresentar os tipos de provas de concurso para professores primários da Província das Alagoas e seus conteúdos. Reportarei aos critérios de avaliação para compreender a forma do estudo da Língua Portuguesa, tendo como ponto de observação a análise gramatical realizada nas respectivas provas que estão em estudo.

Neste capítulo constam provas realizadas em 26 e 27 de setembro de 1859, umas tratando do significado do livro, outras que solicitam trechos da Constituição do Império de 1824. Provas de agosto de 1875 sobre conteúdo caligráfico, apresentam a escrita do alfabeto minúsculo e maiúsculo, frases de teor religioso, moral e patriótico. Por último, outras que solicitam gramaticalmente o uso do pronome “se”.

Os manuscritos das provas localizadas no Arquivo Público de Alagoas possivelmente foram realizadas em forma de “ditado” ou mesmo os candidatos discorriam gramaticalmente sobre o uso de uma determinada palavra, a exemplo da prova a respeito do pronome “se” ou a descrição do livro.

3.1- Prova descritiva sobre o significado do “livro”

Segundo *fólios* documentais da Diretoria Geral da Instrução Pública de 28 de setembro de 1859, essas provas foram realizadas por professoras pretendentes ao ensino primário da povoação de Bebedouro, atual bairro de Maceió. Três candidatas realizaram o exame, a saber: Josefa Senhorinha de Mendonça e Amaral. Ela era professora pública de primeiras letras, desde outubro de 1859 na Vila do Poxim (Coruripe)³; Rosa Senhorinha da Purificação Lima era professora pública de primeiras letras, e assumiu suas atividades em 1859 na povoação de Bebedouro⁴; a última delas Josefa Pereira Bastos fez concurso para a cadeira de primeiras letras para a povoação de Bebedouro, e foi nomeada professora interina para 2ª cadeira do sexo feminino de Maceió⁵. Todas fizeram provas de igual conteúdo. Conforme a fonte jornalística *Diário das Alagoas* (1859), as candidatas foram aprovadas, e no mesmo ano, assumiram as respectivas atividades escolares.

A cópia da prova apresentada a seguir é da candidata Josefa Pereira Bastos, realizada em 26 de setembro de 1859 em Maceió. Esta não tem identificação de quem a corrigiu nem

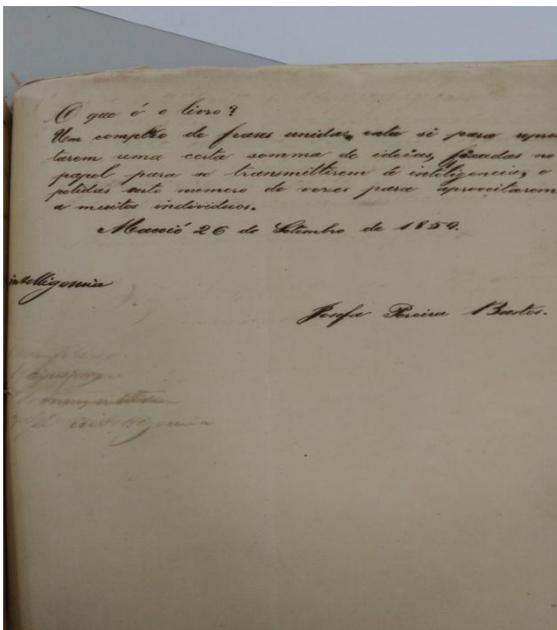
³ Fonte: Diário das Alagoas, Mac., 28/11/1859, ano II, nº 272, p. 1.

⁴ Fonte: Diário das Alagoas, Mac., 01/12/1859, ano II, nº 275, p. 1.

⁵ Fonte: Diário das Alagoas, Mac., 20/12/1859, ano II, nº 290, p.1. Diário das Alagoas, Mac., 23/09/1861.

do Diretor de Instrução Pública da época, porém, segundo carta direcionada ao Diretor Geral de Instrução sobre a avaliação das candidatas e resultado de aprovação, há a assinatura dos examinadores: professor José Alexandre Passos⁶; Thomás do Bomfim Espíndola⁷; Padre Pedro Lins de Vasconcelos⁸. Também consta nessa carta a avaliação da professora D. Tereza Maria Espinosa, em relação ao exame das prendas domésticas. A referida professora pública examinou o concurso da povoação de Bebedouro, no requisito “Prendas Domésticas e Trabalhos de Agulhas”⁹. Segue a transcrição da prova:

Imagem 01



Fonte: APA. Caixa 03. Concurso realizado em 26/09/1859. Acesso à imagem em: 15/10/2015.

⁶ José Alexandre Passos nasceu em 1808, em Penedo/Al, filólogo, bacharel em Direito, sócio do IHGA, deputado (1850-53), lente do Liceu Provincial na cadeira de Gramática Nacional. Contribuiu com a imprensa alagoana no Periódico *O Philangelo* (1854). Publicou obras didáticas sobre a Língua Portuguesa: o Dicionário Gramatical Portuguez (RJ, 1865); Taboas Gramaticais das desiniências latinas (PE, 1881), Resumo de Grammatica Portugueza para uso das escolas de primeiras letras (Al, 1886). Esta última era dividida em conhecimentos específicos de Etmologia, Síntaxe, Prosódia e Ortografia). Texto publicado e circulado em Coimbra, Portugal. Fonte: ABC das Alagoas, p. 371.

⁷ Espíndola nasceu em setembro de 1832 em Maceió/Al e faleceu em março de 1889 na mesma cidade. Formou-se em medicina pela Faculdade da Bahia (1853). Foi deputado, presidente interino da província, médico, jornalista, inspetor-geral da Instrução, inspetor de higiene, professor de Geografia, Cronologia e História do Liceu alagoano. Publicou: Relatório da Instrução Pública, 1866; Elementos de Geografia e Cosmografia Oferecidas à Mocidade Alagoana pelo Dr. Thomas do Bomfim Espíndola, 1874. Principal redator de *O Liberal* (1869). Fonte: ABC das Alagoas, p. 517/518.

⁸ Pedro Lins de Vasconcelos além de padre, lente do Liceu, professor de Língua Portuguesa na Escola Normal, 1869. Foi também avaliador dos exames do Colégio Bom Jesus. Junto ao professor Antônio Antero Alves Monteiro abriu um colégio de ensino primário e secundário em Maceió. Fonte: Diário das Alagoas, Mac., 02/07/1869, p. 1, nº 148, ano XII, Mac., 09/01/1862, ano V, p. 06, nº 4.

⁹ Fonte: Diário das Alagoas, Mac., 16/09/1861, ano IV, nº 212. Caixa 059 no APA.

[fl 01]

01 O que é o livro?

02 Um complexo de frases unidas entre si para represen-

03 tarem uma certa somma de ideias, fixadas no

04 papel para se transmittirem á intelligencia¹, e re-

05 petidas certo numero de veses para aproveitarem a muitos indivíduos.

¹ intelligencia

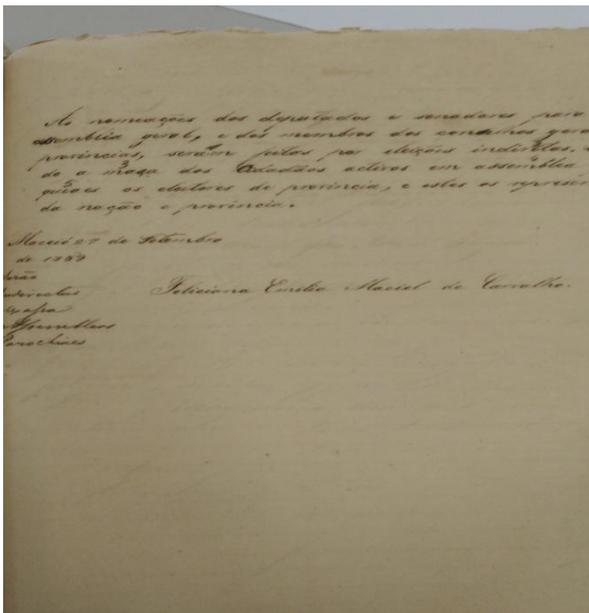
Esta última linha representa a correção exposta na própria prova. A palavra “inteligência” era escrita dessa forma, colocada ao lado esquerdo da prova pelo examinador. Dá-se a entender que esses exames eram uma espécie de “ditado” ortográfico para averiguação da escrita, pois as provas das outras candidatas também apresentam o mesmo conteúdo. Como mencionado através dos estudos de Santos (2008), no bloco de estudos da escola primária consta a disciplina Gramática Nacional, mas conforme a duplicata de letras em algumas palavras da prova da imagem acima, subentende-se que a ortografia da época era redigida pela Gramática Francesa. De acordo com estudos de Silva (2013), esta disciplina constava no currículo do Liceu: “o referido mapa (1852) apresenta a oferta de estudos do Liceu alagoano daquela época: Gramática Latina, Gramática Nacional, Gramática Francesa, Gramática Inglesa, Geometria, Geografia, Retórica e Filosofia” (SILVA, 2013, p. 88). A referida pesquisadora ainda menciona que o Brasil imperial foi bastante influenciado não somente pelos ideais políticos, mas em relação a imitação de comportamentos. (SILVA, 2013, p. 44).

Conforme Soares (2012), vemos então uma análise anatômica, física do livro, como um esqueleto desprovida de qualquer conteúdo e significado como assim ocorria com o estudo da Língua Portuguesa. Para os filólogos, o ensino da língua passava por questões “vivas”, viva, mas positivista. O estudo da língua tinha muito poder. A dimensão intelectual sobre o significado do livro era completamente subtraído, isto ocorria pela necessidade de descrevê-lo.

Outras candidatas a exames realizados no dia seguinte, ou seja, 27/09/1859, a saber: Francisca Leopoldina de Oliveira Lima, que se tornara professora pública de primeiras letras da Vila da Imperatriz, atual União dos Palmares, depois foi removida para a cidade Passo de

Camaragibe¹⁰; Capitolina Erothildes Alves Peixoto tornou-se professora pública de primeiras letras na Vila de Palmeiras dos Índios, atual Palmeira dos Índios¹¹ e Feliciano Emília Maciel de Carvalho também professora pública¹². As três fizeram provas sobre um trecho da Constituição do Império de 1824. Essa era da candidata Feliciano Emilia Maciel de Carvalho. Conforme transcrição, também como a prova transcrita anteriormente, não registra nomes de examinadores ou do Diretor Geral da Instrução. Apresenta apenas correções (possivelmente da banca) que são essas palavras escritas à esquerda abaixo do texto da prova, e subtende-se que eram redigidas através de “ditados”, visto que as provas das outras duas candidatas expõem o mesmo texto. Vale salientar que essas professoras já estavam no exercício de sua profissão em outras Vilas e povoações interioranas. Na época, faziam concurso para a povoação de Bebedouro, na capital alagoana.

Imagem 02



Fonte: APA. Caixa 03. Concurso realizado em 27/09/1859. Acesso à imagem em 15/10/2015.

[fl 1]

- 01 As nomeações dos deputados e senadores para a
- 02 Assembleia Geral, e dos membros dos conselhos geraes das
- 03 províncias, seram¹ feitas por eleições indirectas², elegen-
- 04 do a maça³ dos cidadãos activos em

¹⁰ Fonte: Diário das Alagoas, 23/01/1863, ano VI, nº 18, p. 3.

¹¹ Fonte: Diário das Alagoas, Mac., 14/12/1859, ano II, nº285, p.2.

¹² Fonte: Diário das Alagoas, Mac., 23/11/1860, ano III, nº 271, p.1.

05 assemblea* paroquiaes**os eleitores da província, e estes os representantes
06 da nação e província.

¹serão

²indirectas

³massa

*Assembleas

**parochiaes

Em relação a esse tipo de conteúdo destacado nesse exame, Thomás do Bomfim Espíndola, possivelmente, um dos avaliadores da banca examinadora desse concurso, escreveu em anos posteriores em seu Relatório da instrução pública e particular da Província das Alagoas (1866, p. 04) que era comum à prática do ensino da regência gramatical pela “constituição política do Império”. Dá-se a entender que o parlamento era apresentado como um dado, estático, porque a intenção era de reprodução e não de questionar esses lugares, sem que houvesse discussão do papel desse parlamento, apenas um dado a ser decorado.

Esse modelo de ensino era completamente cunhado no Positivismo¹³. Os positivistas utilizavam de uma perspectiva claramente conservadora, ou seja, defendiam a conservação das hierarquias sociais de sua época. Como explicita o historiador Barros (2011):

A sociedade era entendida como um corpo que precisa conservar seus diversos órgãos no correto funcionamento: há um lugar para o cérebro representado pela classe industrial, e outro para os braços e pernas representados pela massa trabalhadora. (BARROS, 2011, p. 96).

Fazendo analogia ao nosso estudo: o cérebro seria representado pelos políticos e as pretensas candidatas, a professoras seriam representadas pelos braços e pernas, a massa trabalhadora. Bem, como foi visto no assunto dessa prova sobre o parlamento que não havia discussão alguma do que se tratava, era como se o cérebro (políticos) dissessem à massa trabalhadora (professoras): não precisam se inteirar do que se trata, e assim se mantinha cada um em seu “devido lugar”. Eles queriam que o estudo da língua se assemelhasse à concepção de sociedade da época, uma espécie de conformismo.

¹³ O Positivismo era uma corrente filosófica que surgiu na França no começo do século XIX. O seu fundador e representante maior na França oitocentista foi Augusto Comte (1798-1857).

3.2- Prova de caligrafia: conteúdo religioso, moralizante e patriótico

As provas de conteúdo caligráfico foram realizadas em datas diferentes para ambos os sexos, apresentavam o alfabeto redigido e a escrita de frases. Como consta em fólios de 01 de setembro de 1875¹⁴, nesse tipo de prova eram avaliados os preceitos de artes sobre a regularidade, proporções e intervalos das letras. Conforme Vilela (1982), o ensino da caligrafia era de suma importância para o currículo da época, por quê? Belas artes, a estética do visível. Se perdia muito tempo com a Caligrafia e quase nada em debates.

Realizada em 23 de agosto de 1875 pela candidata Fredovinda Febrônio Labatut, esta professora fez concurso para a cadeira de Santana do Ipanema ou Jacuípe, e foi habilitada para o magistério pelos avaliadores¹⁵. A saber: Thomas do Bomfim Espíndola; Joaquim José de Araújo¹⁶; Joaquim Pontes de Miranda; Antônio Marcelino de Miranda (Lino de Vasconcelos) e Antônio José Duarte¹⁷. Outras candidatas, a saber: Anna Roza do Sacramento Borges, Joanna Maria de Viveiros, Maria Tertulina de Souza, Viridiana Auta Labatut, Bemvinda dos Anjos Labatut, Josefa Olympia de Anunciação e Anna Leitão de Jesus. Segue a transcrição da prova:

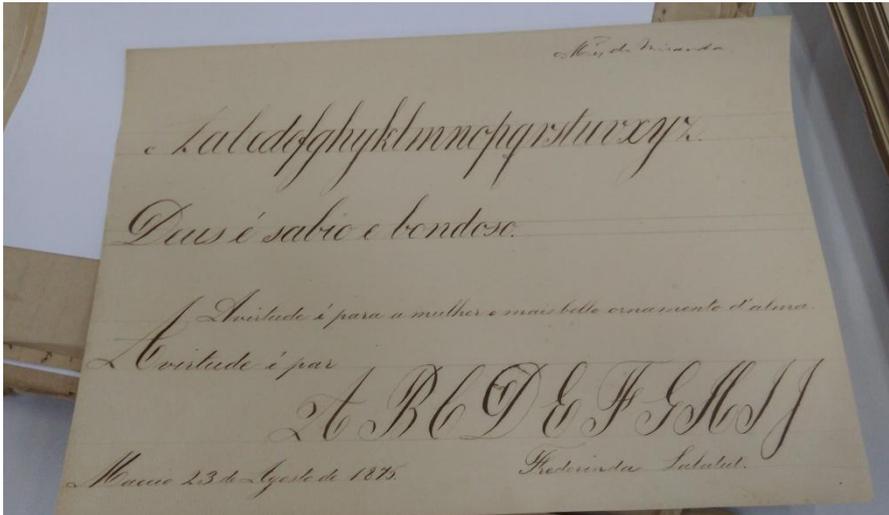
¹⁴ Fonte: APA, caixa 03.

¹⁵ Fonte: APA, caixa 03, 29/09/1875, nº 122.

¹⁶ Araújo era gaúcho, faleceu em 1904, em Alagoas. Formado em Medicina pela Bahia, foi deputado, professor de Desenho Geométrico no Liceu de Artes e Ofícios, foi o primeiro professor e diretor da Escola Normal de Maceió-1869. Sua obra: *Compêndio de Pedagogia Prática* (1886). *Diário das Alagoas*, Maceió, 02 de julho de 1869, p. 1, nº 148, ano XII.

¹⁷ Duarte foi o 1º autor alagoano de livros didáticos de Matemática e professor de Geometria e Trigonometria do Liceu. Suas obras: *Pontos de Aritmética*, 1875 e *Apostilas de Aritmética elementar* em 1884. Fonte: Duarte, 1961, p. 67.

Imagem 03



Fonte: APA. Caixa 03. Concurso datado em 23/08/1875. Data de acesso à imagem: 15/10/2015.

fl. 1]

01 A a b c d e g h y k l m n o p q r s t u v x y z

02 Deus é sábio e bondoso.

03 A virtude é para a mulher o mais bello ornamento d' alma.

04 A virtude é par

05 A B C D E F G I J

Como se pode averiguar, há no exame de Caligrafia para as professoras a presença de frases de cunho religioso e moral, ou seja, reprodução de sentenças morais. A frase “*A virtude é para a mulher o mais bello ornamento d' alma*”, no sentido moralizante do ideal de comportamento a ser alcançado pela mulher naquela sociedade. Em relação a isso, Almeida (2006) salienta que:

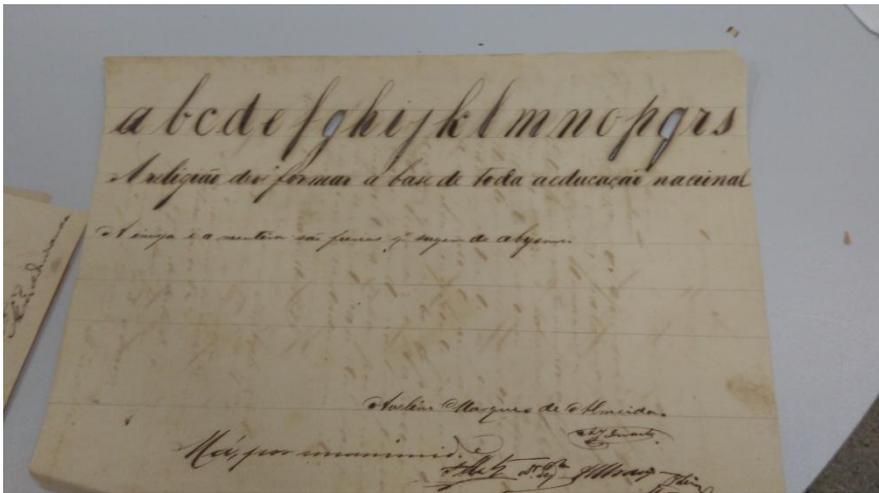
Em meados do século XIX, a ex-Colônia tornada independente, porém ainda monárquica, estabeleceria um padrão de mulher frágil e abnegada, comportamento pregado inicialmente às moças de boa família para em seguida deslocar-se para as classes trabalhadoras. Essa norma comportamental exaltava a virgindade, as virtudes e o esforço individual como norma a ser seguida para adequar-se aos padrões de uma sociedade que se urbanizava rapidamente e que solicitava a presença feminina no espaço público e sua participação no mercado de trabalho. (ALMEIDA, 2006, p.181).

Assim Almeida (2006) ressalta que, mesmo com a independência do Brasil, este ainda tinha regime monárquico e que fora estabelecido um padrão de comportamento para a mulher

de fragilidade, pureza e abnegação em que se exaltavam as virtudes, principalmente para aquelas cuja presença estava inserida no espaço público e, que deveria se adequar às normas da sociedade. Em outro momento, a autora argumenta que: [...] “A figura da Virgem Maria, ressaltada e tomada como exemplo,” (ALMEIDA, 2006, p. 183), no sinônimo de pureza, ausente de qualquer pecado. Assim, o apelo à mulher como ser virtuosa, ter boas condutas. Em se tratando da mulher no trabalho docente e visualizando o público alvo da mesma que era a infância feminina, havia possibilidades de repasses dessas normas de conduta, dessas virtudes para esse público, condicionando, assim, as novas gerações a terem esse mesmo pensamento.

As provas para o sexo masculino foram realizadas no dia 12 de março de 1875, pelos candidatos: Lúcio Valladary de Oliveira Costa, Manoel Eustáquio da Silva, Manoel Adriano Gomes de Mello. Segue transcrição daquela realizada por Avelino Marques de Almeida:

Imagem 04



Fonte: APA. Caixa 03. Prova realizada em 12/03/1875. Acesso à imagem em: 15/10/2015.

[fl. 1]

01 a b c d e f g h i j k l m n o p q r s

02 A religião devi formar a base de toda aeducação nacional

03 A inveja e a mentira são furias q sugem do abysmo.

Nas provas direcionadas aos candidatos também são apresentadas frases de teor moral, religioso e patriótico. “A religião devi formar a base de toda aeducação nacional”, esta frase

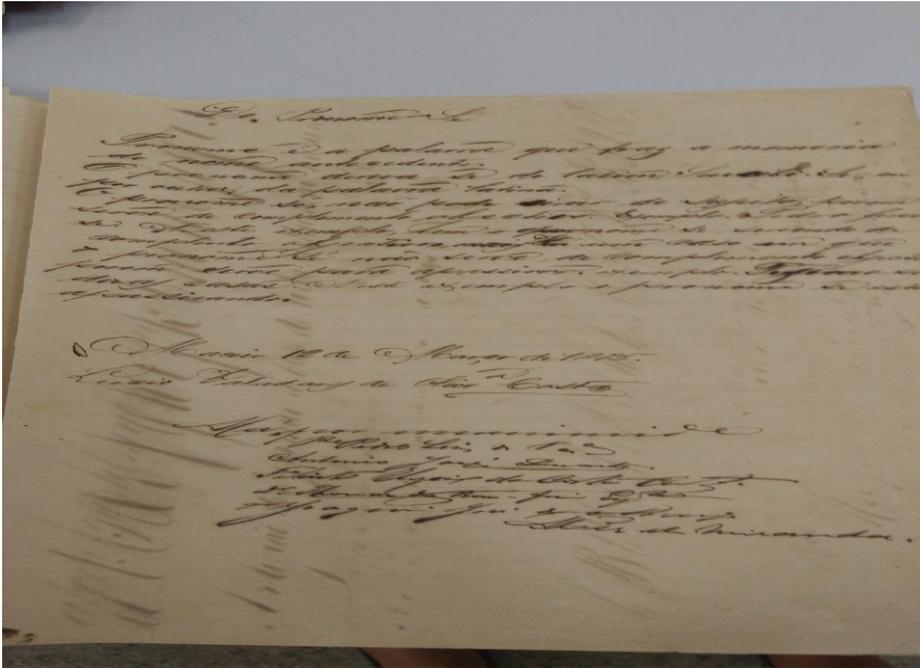
da prova de Caligrafia mostra a força que a religião tinha na época e que era ensinado nas escolas, visto que a Igreja Católica e o Estado caminhavam em unidade nos processos educativos. No sentido moralizante, a outra frase apresentada na prova “*A inveja e a mentira são fúrias q sugem do abysmo*”, nos traz uma ideia de ensinar a se disciplinar, a controlar os instintos em nome de comportamentos civilizados. Essas provas diferem no conteúdo das realizadas em 1859, porque têm um sentido de ordenar-se socialmente, e também consta a assinatura do Diretor Geral de Instrução Pública, Antonio de Martins Miranda, no exame para a classe feminina/masculina e a assinatura de examinadores no exame masculino.

3.3- Prova de análise gramatical do pronome “se”

As provas realizadas no dia 12 de março de 1875 foram aplicadas ao sexo masculino. Trata-se do estudo gramático do pronome “se” que, segundo *fólios* documentais, era indicado pelos professores examinadores à explanação desse conteúdo. Os candidatos a realizar essa prova foram: José Gomes de Cantuária, Manoel Adriano Gomes de Mello, Manoel Eustáquio da Silva, Avelino Marques de Almeida e Lucio Valadary de Oliveira Costa. A banca examinadora era composta pelos professores: Padre Pedro Lins de Vasconcelos; Filinto Elisio da Costa Cuntrim¹⁸; Thomas do Bomfim Espíndola e Joaquim José de Araújo. Todos faziam parte do corpo docente do Liceu Alagoano, e suas respectivas assinaturas constavam nas provas, ou seja, era a partir de uma visão liceísta que as provas eram elaboradas e avaliadas. Neste sentido, podemos averiguar a relação de submissão da Escola Normal com o Liceu. Também constava a assinatura do Diretor Geral da Instrução Pública do mencionado ano, como mostra a transcrição, a seguir, da prova do candidato Lucio Valadary de Oliveira Costa:

¹⁸ Cuntrim nasceu em Maceió entre 1826 ou 1828 e faleceu na mesma cidade(?). Professor substituto de ensino secundário, ensino de Língua francesa do Liceu de Maceió e professor de ensino particular de Francês, Inglês, Retórica, Poética, Geografia e História. Professor vitalício e bibliotecário da Biblioteca Pública do Liceu de Maceió. Um dos primeiros historiadores de Alagoas. A obra literária “*Flores Murchas*”, (1861) versos, (possivelmente em três volumes) é de sua autoria. Em 1849 já publicava versos. Considerado o maior poeta alagoano do seu tempo. Fontes: Diário das Alagoas, Maceió, 24 de agosto de 1858, p.3, nº 145, ano II. Diário das Alagoas, Maceió, 10 de janeiro de 1870, ano XIII, nº 06, p. 4. Diário das Alagoas, Maceió, 24/08/1858, p. 3, nº 145, ano II. BARROS, Francisco Reinaldo Amorim de. ABC das Alagoas. Dicionário Bibliográfico, Histórico e Geográfico de Alagoas, 2005, P.297.

Imagem 05



Fonte: APA. Caixa 03. Data do concurso: 12/03/1875. Acesso à imagem em: 15/10/2015.

[fl. 1]

- 01 Pronome é a palavra que traz a memória
- 02 do nome antecedente.
- 03 pronome deriva-se do latim, **sucite** se, ou
- 04 por outra da palavra latina.
- 05 O pronome se, não pode servir do sujeito; porém
- 06 serve de complemento objectivo. Exemplo. Pedro finco-
- 07 se. Neste exemplo, tem o pronome se, servindo de
- 08 complemto objectivo, **mai.....** um caso em que
- 09 o pronome se não serve de complemento objectivo,
- 10 porem serve para apassivar p. exemplo. Penhorar-se
- 11 duas casas. Neste exemplo o pronome se esta apassivando.

Observando o conteúdo da referida prova, com a explicação do pronome ‘se’, nota-se que há uma pretensão de tratar a Língua Portuguesa exclusivamente pela norma da gramática, desprovida do sentido que acompanha a sentença. Esta espécie de anatomia da língua não se dava somente no ensino da Língua Portuguesa, mas também com a História, Geografia, Ciências. Esta forma de ensinar memorialística tinha marcas positivistas. Os moldes

positivistas foram ideias que ganharam forças no país a partir da década de 1870 e que segundo o historiador Barros (2011):

Os Positivistas contam de fato com toda uma fortuna crítica que inclui as já clássicas discussões iluministas em torno de questões que lhe seriam caras: a possibilidade de um conhecimento humano inteiramente objetivo; a construção de uma história universal comum a toda a humanidade; a possibilidade de amparar um conhecimento científico sobre as sociedades humanas com base na ideia de imparcialidade do sujeito que produz o conhecimento. (BARROS, 2011, p. 66).

Estes fundamentos sustentados pelo Positivismo deixam claro como era aplicado o ensino e o porquê de ser desprovido de sentido, pois seu objetivo é que o conhecimento fosse de visão inteiramente científica sem a participação subjetiva do sujeito que estava construindo o conhecimento, por isso anatômico.

Neste sentido, a professora Magda Soares (2012) aponta que o ensino de uma disciplina curricular é de certa forma “[...] instituir um certo saber a ser ensinado e aprendido na escola, um saber para educar e formar através de processo de escolarização” (SOARES, 2012, p. 141). Sim, formar um tipo de humano. Associando esta discussão com o ensino da Língua portuguesa há, de certa maneira, uma incoerência, pois na história do ensino da língua no Brasil separou-se o aprendizado da regra gramatical do seu sentido, como é possível visualizar através do que é exigido nestas provas, e em toda a tradição que seguirá para o século XX.

4 PROVAS PARA O SEXO FEMININO CONSTANDO ESTROFES D' OS LUSÍADAS

Analiso as provas do concurso público, na década de 1870, que apresentam trechos d'Os Lusíadas de Camões, exigindo exclusivamente análise gramatical, o Canto 3º estância 40 e Canto 4º estância 22. Provas estas elaboradas em dois concursos em meses diferentes no ano de 1875. O conteúdo das referidas provas tratava-se da análise gramatical de estrofes da obra de Luís de Camões, poeta português do século XVI. Um dos tópicos abordados foi a importância do uso dos clássicos (lusitano ou brasileiros?), priorizando o estudo da referida obra do poeta lusitano para a formação docente da época. Camões: o purismo da língua.

4.1- Cantos 3º e 4º: uma explicação sobre o emprego da obra do poeta português

Imagem 06

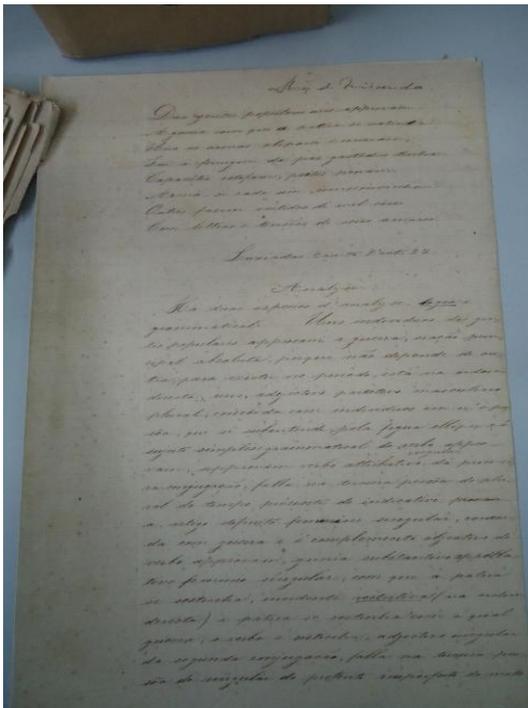
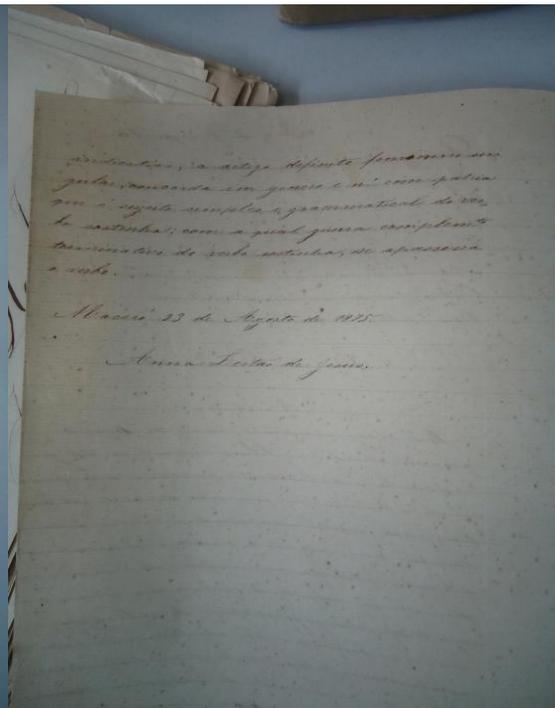


Imagem 07



Fonte: APA. Caixa 03. Concurso datado de 23/08/1875. Data de acesso à imagem: 15/10/2015.

Esta prova realizada pela candidata Anna Leitão de Jesus contendo o Canto 4º estância 22, realizada em Maceió a 23 de Agosto de 1875, consta a assinatura do Diretor Geral da Instrução Pública. Quanto às solicitações referentes a esta prova dá-se a entender que é similar ao exposto na prova do dia 29 de setembro, mudando apenas o trecho da obra de Camões a ser analisado gramaticalmente. Segue a transcrição:

[fl. 1]

- 01 Das gentes populares uns approvam
 02 A guerra com que a pátria se sostinha.
 03 Uns as armas alipam e renovam,
 04 Que a ferrugem da paz gastadas tinha
 05 Capacêtes estofam, peitos provam.
 06 Arma-se cada um, comoconvinha.
 07 Outros fazem vestidos de mil côres
 08 Com letras e tenções de seus amores¹⁹.
 09 Lusíadas, canto 4º est. 22
 10 Analyse
 11 Ha duas espécies d' analyse, **logia** e
 12 grammatical. Uns individuos das gen-
 13 tes populares approvam a guera, oração prin-
 14 cipal absoluta, porque não depende de ou
 15 tra, para existir no período, está na ordem
 16 directa, uns, adjectivo partetivo masculino
 17 plural, concorda com indivíduos em nº e pés-
 18 sôa, que se subentende, pela figura ellipse e é
 19 sujeito simples e grammatical do verbo appro

¹⁹ **Canto 4º Estância 22 como se apresenta na Obra d'Os Lusíadas:**

Das gentes populares, uns approvam
 A guerra com que a Pátria se sustinha:
 Uns as armas alimpam, e renovam,
 Que a ferrugem da paz gastadas tinha:
 Capacetes estofam, peitos provam;
 Arma-se cada um como convinha;
 Outros fazem vestidos de mil cores,
 Com letras, e tenções de seus amores.

20 vam, aprovam verbo attributivo –regular- da primei-
 21 ra conjugação, falla na terceira pessoa do plu-
 22 ral do tempo presente do indicativo: **provam**
 23 a, artigo definito feminino singular, concor-
 24 da com guerra e é complemento objectivo do
 25 verbo aprovam, guerra substantivo appella-
 26 tivo feminino singular, com que a patria
 27 se sustinha, incidente **restritiva** (na ordem
 28 directa) a pátria se sustinha com a qual
 29 guerra; o verbo é sustinha, adjectivo irregular
 30 da segunda conjugação, falla na terceira pés-
 31 sôa do singular do preterito imperfeito do modo

[fl.v. 2]

01 indicativo, a artigo definito feminino sin-
 02 gular, concorda em gênero e n° com pátria
 03 que é sujeito simples e grammatical do ver-
 04 bo sustinha, com a qual guerra complem^oto
 05 terminativo do verbo sustinha, se apassiva
 06 o verbo

Estas provas foram realizadas junto as de Caligrafia pelas candidatas: Anna Rosa do Sacramento Borges; Bemvinda dos Anjos Labatut; Fredovina Febronio Labatut; Joanna Maria de Viveiros; Josefa Olympia d' Annuniação; Maria Tertulina de Souza e Viridiana Auta Labatut. Segundo carta dos examinadores direcionada ao Diretor Geral, a prova da candidata Maria Tertulina de Souza obteve o primeiro lugar na classificação por sua análise gramatical e também a avaliação da Caligrafia. Como foi citado no capítulo anterior, era requisito de avaliação o exame da escrita caligráfica.

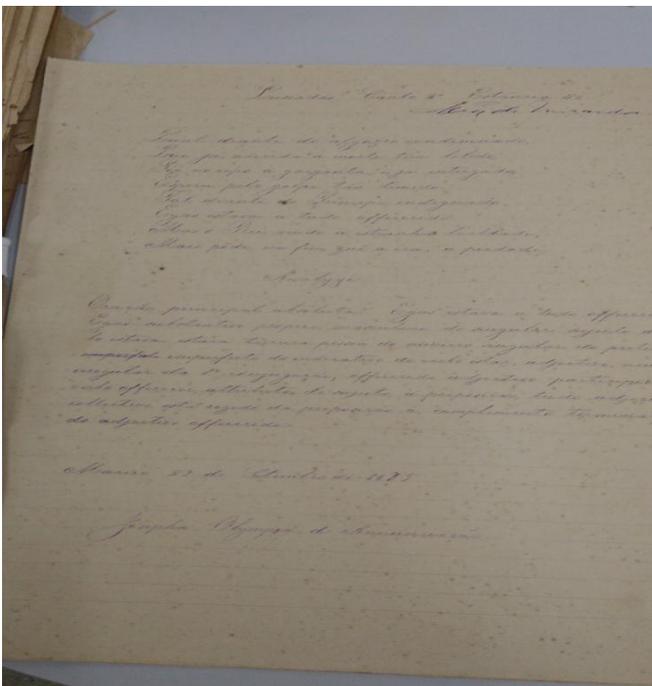
Conforme ata, datada de 25 de agosto de 1875, Leandra Pereira Bastos, professora da 2ª cadeira da capital participou da banca examinadora desse concurso para preenchimento da cadeira da escola de primeiras letras do sexo feminino de Santana do Ipanema e Jacuípe. A sua função como examinadora era analisar os exames correspondentes às provas de “Prendas

Domésticas e Trabalhos de Agulha”. Era, certamente, uma novidade a época, ainda que fosse um caso exclusivo das prendas domésticas.

Para análise do conteúdo das estrofes, foi o Lente de Geometria do Liceu, Antonio José Duarte. Como vimos anteriormente, havia a presença de professoras na banca examinadora para avaliar as “Prendas Domésticas” e também professores do Liceu para avaliação das candidatas em todas as provas escritas. Existia uma espécie de subordinação em relação ao gênero, o masculino como se tivesse mais capacidade intelectual, pois era da responsabilidade dos professores da banca avaliar a prova escrita como mencionado, ficando o requisito das “Prendas” para a professora avaliar, mas aos poucos a mulher professora foi inserida neste contexto.

A prova que segue é da candidata Josepha Olympia d’ Annuniação, realizada em Maceió a 29 de Setembro de 1875, contendo o canto 3º estância 40 em que consta a assinatura do Diretor Geral da Instrução. Segue a estância e sua análise gramatical, expostas nas provas desse exame:

Imagem 08



Fonte: APA. Caixa 03. Escrita da Prova datada em 29/09/1875. Data de acesso à imagem: 15/10/2015.

[fl. 1]

01 Lusíadas Canto 3º Estancia 40

02 Qual diante do algoz o condemnado,

03 Que já na vida a morte tem bebido,

04 Põe no copo a garganta, e já entregado,

05 Espera pelo golpe tão temido,

06 Tal diante do Príncipe indignado.

07 Egas estado a tudo offerecido,

08 Mas o Rei, vendo a estranha lealdade.

09 Mas pode, em fim que a ira, a piedade²⁰.

10 Analyze

11 Oração principal absoluta: Egas estava a tudo offerecida.

12 Egas substantivo próprio, masculino, do singular, sujeito do ver-

13 bo estava, estava terceira pessoa do numero singular do pretericto

14 imperfeit imperfeito do indicativo do verbo estar, adjectivo, meu

15 irregular da 1ª conjugação; offerecido adjectivo participio do

16 verbo offerecer, attributo da sujeito; a preposição, tudo adjectivo

17 colectivo, está regido da preposição a, complemto terminal

18 do adjectivo offerecido.

Outras candidatas que realizaram estes exames, datados de 29 de setembro do referido ano em que é analisada a estância 40 do canto 3º são: Anna Leitão de Jesus; Anna Rosa do Sacramento Borges e Bemvinda dos Anjos Labatut. Em seus estudos, Gondra e Schueler

²⁰ **Canto 3º Estância 40 como está escrito na Obra d'Os Lusíadas:**

Qual diante do algoz o condenado.

Que já na vida a morte tem bebido.

Põe no copo a garganta; e já entregado

Espera pelo golpe tão temido:

Tal diante do príncipe indinado

Egas estava a tudo offerecido:

Mas o rei, vendo a estranha lealdade,

Mais, pôde, emfim, que a ira, a piedade.

(2008) abordam que o candidato deveria fazer análise gramatical de um compêndio, neste caso, o compêndio era a obra de Camões:

[...], a legislação de 1827 determinou a realização de uma prova de leitura, na qual o candidato deveria ler um parágrafo de um compêndio e responder, sobre ele, as questões formuladas pelo examinador a respeito da análise gramatical, sintaxe, regência e concordância, em um ou mais períodos. A seguir, se procedia ao exame da escrita, com ditado de um trecho do mesmo compêndio, do qual o professor extrairia perguntas sobre a ortografia, acentuação e pontuação. (GONDRA E SCHUELER, 2008, p. 169).

Os autores argumentam que pela Lei citada o examinador solicitaria ao candidato a análise gramatical de um parágrafo de compêndio. Paralelo a isso, nas provas constam solicitações quanto à análise gramatical em que as candidatas desenvolvem em seu texto explicações sobre algumas palavras tanto na estância 40 do canto 3º quanto na estância 22 do canto 4º: tipos de oração, adjetivos, verbos e suas conjugações, artigo, substantivos, figuras de linguagem, concordâncias verbais. Provavelmente, foi feito um ‘ditado’ do trecho, pois em algumas provas há palavras sublinhadas, dando a entender a correção feita pelos avaliadores.

Nas duas provas de concursos realizadas em 23 de Agosto e 29 de Setembro de 1875, constam as referidas estâncias de dois Cantos da obra de Luís de Camões²¹, *Os Lusíadas*²². Esses Cantos retratam a lealdade ao Rei de Portugal, no sentido da exaltação do patriotismo pelos portugueses, da valorização das guerras e do espírito heroico.

Os Lusíadas é considerado o poema renascentista épico de maior prestígio da Língua Portuguesa, publicado pela primeira vez em 1572. Na referida época, o estilo literário do Classicismo se tornava importante à imitação de modelos da Antiguidade clássica, em que há sobretudo a perfeição estética. A obra de *Os Lusíadas*, segundo Teixeira (2011), aborda que: “[...] o poema de Camões pode ser definido como um resumo metrificado da história de Portugal, com destaque lírico, que põem em relevo as ternuras do amor ou as incertezas do indivíduo” (TEIXEIRA, 2011, p. 30). A referida obra renascentista narra as aventuras heroicas de Adamastor, que enfrentou, semelhante a Ulisses em suas navegações na Grécia e a Enéas em suas navegações em Troia, a fúria e a complacência dos deuses para alcançar o propósito de conquistar novos povos e disseminar o cristianismo. Apesar de manter o

²¹ Luís Vaz de Camões, poeta português, nasceu em Lisboa(?) em 1524(?), segundo Cleonice Berardinelle (1973), não se sabe ao certo onde e quando nasceu. Faleceu em 1580.

²² A obra é composta de dez cantos, 8.816 versos com oitavas decassílabas distribuídos em 1.102 estrofes de oito versos cada. *Lusíadas*, esse nome foi escolhido para homenagear os lusitanos, que quer dizer os portugueses.

propósito de disseminar o cristianismo católico para combater outras religiões consideradas falsas, o poema oscila entre o sagrado e o profano. Profano por apresentar cenas amorosas eróticas. A análise das estâncias do poema referente aos cantos 3º e 4º, contidos nas provas para concurso, deixa claro que não era solicitado a interpretação do poema lírico ou mesmo como poema épico/ histórico. As estrofes avaliadas são exclusivamente do ponto de vista da norma gramatical.

Quando o educador famoso da época e dono do Colégio Abílio (RJ), Abílio Cesar Borges²³, conhecido como Barão de Macaúbas fez adaptação d' Os Lusíadas para as escolas brasileiras em 1879, o poema épico já contava com 58 reedições em várias línguas. Nessa mutilação da obra foi retirado o profano (estâncias consideradas inconvenientes para jovens escolares do Brasil Império), a parte promíscua do poema deixando apenas o sagrado, pois a intenção do barão era converter o poema renascentista numa leitura infanto-juvenil, visto que o momento era o século XIX, século que se encontrava sob o jugo tanto da moral católica, quanto dos liberais iluministas.

O Barão não é um caso isolado. Outro personagem do cenário político (Senador do Império) também se atarefou em redigir a referida obra de forma também mutilada, como argumenta Bittencourt (2004):

José Justiniano da Rocha em 1866, ao adaptar o célebre poema Os Lusíadas, de Camões, para os alunos, intitulou seu livro de Camoniana Brasileira e nele resumiu os trechos mais belos do poema dentro de cuidadosos critérios. [...] as leituras de cenas amorosas eram, assim, vetadas aos jovens adolescentes. (BITTENCOURT, 2004, p. 481).

Provavelmente, as pretensas professoras tiveram acesso a essas obras adaptadas. Em relação ao livro adaptado não somente era usado para formação de professoras, mas também nas escolas de primeiras letras. Quanto a isto, Suzana Albuquerque (2013) em seus estudos ressalta que:

A obra de Camões teve um prolongado tempo de circulação como livro didático das escolas de primeiras letras brasileiras. Particularmente Abílio Cesar Borges – o barão de Macaúbas publicou, em 1879, na Bélgica, um volume especial adaptado “para menores” de Os Lusíadas, trazendo na capa:

²³ Abílio Cesar Borges nasceu em Salvador em 1824, trocou a carreira médica pela atividade de educador. Ele fundou o Ginásio Baiano em 1858. Em 1871 foi morar no Rio de Janeiro, onde instalou o Colégio Abílio. Pelos feitos na educação, foi condecorado por D. Pedro II recebendo o título de Barão de Macaúbas. Teve uma vasta produção na área, em que está inclusa a obra citada neste estudo: Edição Escolar dos Lusíadas de Camões (1879).

“para uso das escolas brasileiras na qual se acham supressas todas as estâncias que não devem ser lidas pelos meninos”. Os cortes, segundo o organizador, tinham o objetivo de adequar o poema às escolas. (ALBUQUERQUE, 2013, p.71).

A autora interpreta que o impedimento devia-se ao erotismo de algumas estâncias, e para não escandalizar a inocência dos jovens leitores, o educador baiano as suprimiu. Possivelmente, era esta versão utilizada e não a obra na íntegra, para a formação das professoras também.

A inconveniência argumentada pelo Barão de Macaúbas (prefácio da obra) estaria em estâncias onde o poeta português se põe “livre demais no dizer, até escandaloso, fantasiando atos, e descrevendo cenas de requintado erotismo, e de lascívia brutal e monstruosa” (BORGES, 1879). Por certo, a adaptação mutilou o verdadeiro sentido do poema épico renascentista, e o tornou uma leitura rançosa e arcaica, como definiria o romancista alagoano nas memórias escolares da infância entre Alagoas e Pernambuco, Graciliano Ramos (1989) analisa:

Admiração que eu devia ter à figura culminante da Renascença portuguesa esfriou desde que aprendi a soletrar, e até hoje ainda não me foi possível convenientemente acendê-la. É que almas danadas me obrigaram a ler camões aos oito anos. O descobrimento do caminho das Índias aos oito anos! É positivamente um abuso. Aquela mistura de deuses do Olimpo, pretos africanos, o Gama ilustre, o gigante Adamastor, o rei de Melinda, a linda Inês e seu gago amante, tudo a meter-se num pobre cérebro em formação – com franqueza, é demais! Perdoe-me as cinzas do zoroastro gênio, mas eu não sei se o meu ódio a ele era menor que o que me inspirava o Barão de Macaúbas. (RAMOS, 1989, p.66).

Nas obras *Infância e Linhas Tortas*, o autor alagoano narra a dificuldade encontrada na leitura dos livros do Dr. Abílio, apresentados após sua inserção na escola logo que aprendera a ler, levando-o a sentir ódio tanto pelo autor original da obra quanto pelo Barão, pois ainda sendo apresentada a obra deformada, essa leitura completamente inadequada para uma criança com a mente ainda em formação.

Embora a obra fosse considerada pelos liberais nacionais e locais, de conteúdo arcaico, não oscilavam em exigir nas provas de concurso para professores. Um desses liberais alagoanos era Thomás do Bomfim Espíndola, inclusive, um dos avaliadores das provas dos concursos aqui analisados. A respeito, ele escreve em seu relatório de 1866: “[...] a regência gramatical ensina-se ainda pela constituição política do Império, pela vida de D. João Castro e

pelos Luziadas de Camões[...]” (ESPÍNDOLA, 1866, p. 04). Aqui cabe indagar: por que então ele insistia em manter esse tipo de leitura nas provas de concurso para professores?

Como se observa nas provas, as candidatas são conduzidas exclusivamente a copiar, repetir o que o avaliador dita do conteúdo de uma obra literária, fazendo supressão de temas importantes, alguns deles como a cobiça dos portugueses que poderiam ser tratados com alunos de outra faixa etária.

Em seus estudos, a professora Soares (2012) salienta que a inclusão da disciplina de português se deu tardiamente no currículo escolar, “ela só ocorre nas últimas décadas do século XIX, já no fim do Império” (SOARES, 2012, p. 143). Possivelmente, devido a esse retardo para inclusão da disciplina é que se dava o estudo sem significados, trazendo trechos de obras clássicas apenas sob a ótica gramatical, um saber puramente normativo. Ainda na linha de pensamento de Soares (2001) analisando sobre o ensino de Português explicita que:

A função do ensino de Português era, assim, fundamentalmente, levar ao conhecimento, talvez mesmo apenas ao reconhecimento, das normas e regras de funcionamento desse dialeto de prestígio; ensino a respeito da língua, e análise de textos literários, para estudos de Retórica e Poética. (SOARES, 2001, p. 1).

Referente ao ensino da Língua Portuguesa e a exigência na prova, considera-se que da forma como estão estruturados poucos contribuíam para o ensino da Literatura ou da Língua Portuguesa, na medida em que apresentam textos literários fragmentados para o estudo da gramática, separando-o da retórica e poética, permitindo um ensino instrumental sem exigir interpretação, como era comum os demais ensinamentos da época.

Fazendo referência ao estudo da gramática no século XIX, Soares (2001) analisa em seu artigo que: “as antologias limitavam-se à apresentação de trechos de autores consagrados, não incluindo em geral, nada mais além deles (nem comentários ou explicações, nem exercícios ou questionários)” (SOARES, 2001, p. 1). Em sua análise, Soares explica como se dava o ensino de Português na escola e ao analisar as provas contendo as estâncias de Camões (apresentação de trechos de autores consagrados) e as análises realizadas pelas candidatas subentende-se que nos concursos era requisitado como se aplicaria na escola, ou seja, as professoras candidatas reproduziriam em suas práticas o que via de seus mestres.

Ainda sobre o estudo da gramática no referido século, Antonio Martins de Miranda o mencionado Diretor Geral da Instrução Pública analisa em seu Relatório (1875) que da forma como era aplicada “decora o discípulo as regras que applica analysando ligeiramente algum

excerpto do Padre Vieira ou algum artigo da Constituição” (MIRANDA, 1875, p. 07), para ele não tinha proveito algum. Novamente questiono se não tem proveito por que então insistir em aplicar?

Em seus estudos sobre a obra de Camões, Teixeira (2011) diz que: “O poeta acreditava no discurso dominante da época: para ele, a história portuguesa tinha uma missão civilizadora a cumprir no mundo, impondo aos quatro cantos sua religião, e sua doutrina política” (TEIXEIRA, 2011, p. 30). Talvez essa questão civilizadora e religiosa fosse um aspecto relevante adotado por nossos dirigentes do ensino na regência imperial, visto que em outras provas o conteúdo inserido também é de aspecto civilizador e religioso. De acordo com o contexto da época, a relação do Brasil com Portugal ainda era muito forte tanto político, econômico quanto cultural, era como se houvesse de alguma forma uma exaltação para com os feitos de Portugal nas guerras, nas grandes conquistas, que é do que se trata as estrofes escritas nas provas. Também poderia ser uma maneira de mostrar ao povo brasileiro a força de uma nação já constituída para que tomasse como exemplo ou mesmo no sentido de transmitir conhecimento histórico de um país vencedor para aquelas que iriam trabalhar com o ensino.

Como mencionado, a Análise dos Clássicos era uma disciplina que fazia parte do currículo da Escola Normal. Em relação ao estudo dos clássicos, Albuquerque (2013) argumenta que:

A importância de Camões nesse contexto e sua implicação na formação infantil no Império, passava pelo dever dos brasileiros, em olhar para os exemplos de países constituídos enquanto “nação”, no já citado sentido moderno da palavra, e conseqüentemente, elevados em um grau de civilização.(ALBUQUERQUE, 2013, p. 71).

De acordo com a autora, o uso da obra de Camões tinha sua importância na formação infantil no contexto Imperial com indicativos de civilizar o povo desde a infância. Importa ressaltar que ainda no início do século XX, em 1904, Henrique Moreno Brandão na cátedra de Português da Escola Normal de Maceió fazia predominante em suas aulas à análise do clássico *Os Lusíadas*. Podemos observar que essa obra tornou-se parte da formação docente alagoana e também nacional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi resultado, inicialmente, de uma curiosidade surgida durante a elaboração do seminário solicitado na disciplina Fundamentos Históricos da Educação e Pedagogia. Curiosidade sobre a educação alagoana. Fazendo visitas ao arquivo Público de Alagoas, encontrei neste acervo alguns documentos para serem consultados. Depois de um longo estudo tais achados se materializou neste trabalho.

Considerando os materiais manuscritos acessados me deparei com alguns obstáculos, pois não compreendia a escrita do século XIX. Além de materiais de difícil manuseio desgastados pelo tempo dificultando a compreensão do conteúdo. Foi preciso fazer uma disciplina extra curso para obter um mínimo de compreensão. Outra barreira encontrada foi a falta de autores que dialogassem precisamente com a análise dos conteúdos dos referidos materiais. Encontrei um artigo da professora Magda Soares, mas o livro em que constava esse artigo estava na biblioteca do Campus Delmiro Gouveia, onde foi solicitado e levou um bom tempo para chegar às minhas mãos, gerando um desconforto às idas sem sucesso à Biblioteca Central do Campus Maceió.

No decorrer deste estudo, inicialmente, procurei trazer recortes de como se deu o processo de formação dos professores no período imperial brasileiro e como se deu o egresso da mulher/professora no magistério público. Situei as exigências para ser professor do ensino primário na referida época, tanto da sociedade quanto da direção da Instrução Pública. Em relação a isto, o que vimos nesse estudo é que as exigências acerca da moralidade e dos bons costumes do professor para exercício do cargo sobressaíam-se aos conhecimentos exigidos, pois como expressaram os autores abordados bastava que o candidato soubesse ler, contar, escrever e ter conhecimento de doutrina cristã e para as mulheres um requisito a mais era conhecer as prendas domésticas. Também verifiquei que mesmo sendo um caso exclusivo das prendas domésticas, a mulher já estava exercendo a função de avaliadora nas bancas examinadoras de concurso público do século XIX quando esta era composta exclusivamente por professores do sexo masculino, e particularmente do Liceu.

Outro ponto visto é que além de compor a banca examinadora para avaliar os professores primários, os professores liceístas tinham a responsabilidade de organizar o currículo para a Escola Normal, contratar professores e participar do campo de disputas na adoção de livros, muitos destes elaborados pelos próprios professores do Liceu. Ou seja, tudo que se referia à escola Normal passava pela congregação do Liceu Alagoano numa relação de subordinação.

Em relação ao papel social da mulher no período imperial, Arlete Farge (2009) argumenta que graças aos registros históricos preservados nos arquivos franceses, a mulher é revelada como sujeito histórico trazendo contribuições no seu dia a dia no contexto social. Então, graças aos registros no APA pudemos verificar a mulher se inserindo no mercado de trabalho em uma época patriarcal e machista, principalmente na sociedade alagoana em que trabalhar fora de casa era exclusivo para o homem.

Retomando ao tema deste estudo: “A docência no Brasil Império: notas sobre concursos para professoras(es) primários na Província das Alagoas (1859-1875), e considerando que foi proposto analisar as provas destes concursos procurei apoio nas pesquisas da professora Magda Soares (2012), pois as referidas provas esboçam conteúdos da Língua Portuguesa os quais eram ensinados na época. Analisando as provas de análise do pronome ‘se’ e as que constam trechos da obra de Camões e diante das contribuições de Soares pudemos considerar que o estudo da língua se dava de forma dissecada, anatômica, ou seja, subtraindo o significado, deixando a língua como morta, a exemplo do que se fez nas escolas brasileiras. Também esta análise nos levou a compreender as práticas de ensino no referido século. Numa visão naturalista da língua, para os filólogos da época ela era viva.

Algo que também ficou exposto neste trabalho é que um dos avaliadores da banca dos concursos, professor do Liceu Provincial e também o próprio Diretor Geral da Instrução Pública elaboravam críticas ao uso de manuais obsoletos da Constituição do Império, entretanto por razões desconhecidas no momento, eles próprios elaboravam provas contendo esses materiais.

Penso que em outras pesquisas se deveriam ampliar estudos sobre a vida das pretensas candidatas, ou mesmo se tiveram outras escritas, se participaram de associações científicas ou mesmo de eventos na área da educação, que por falta de subsídios não foi possível neste trabalho. É muito instigante conhecer o processo de formação, desde as lutas e as conquistas que ocorreram no campo educacional. Neste sentido, esta pesquisa ainda me impulsiona em procurar novos vestígios, em conhecer o passado que se torna tão presente. Portanto, espero que este estudo contribua na motivação de outras pesquisas no que diz respeito à História da Educação, principalmente em relação ao percurso da profissão docente em Alagoas.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Suzana Lopes de. **O ensino de primeiras letras de Alagoas oitocentista: vestígios sobre noções de infância nos discurso e práticas escolares**, Maceió: UFAL, 2013. (Dissertação de Mestrado em Educação).

ALMEIDA, Jane Soares de. Vestígios para uma reinterpretação do magistério feminino em Portugal e no Brasil a partir do século XIX. In: SAVIANI, Dermeval; ALMEIDA, Jane Soares de; SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa. (Orgs.). **O legado educacional do século XIX**. 2ª ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

ARAÚJO, Rose Mary de Souza. Instrução pública primária e a formação de professores na Parahiba do Norte (1837-1883). In: COSTA, Jean Carlo de Carvalho; ANANIAS, Mauricéia; ARAÚJO, Rose Mary de S. (Orgs.). **Temas sobre a instrução no Brasil Imperial (1882 - 1889)**. Vol. II. João Pessoa: Marca de Fantasia, 2014.

BARROS, Francisco Reinaldo Amorim de. **ABC das Alagoas. Dicionário Bibliográfico, Histórico e Geográfico de Alagoas**, 2005.

BARROS, José D'Assunção. **Teoria da História. Os primeiros paradigmas: Positivismo e Historicismo**. Vol. II. 2ª ed. RJ: Vozes, 2011.

BASTOS, Humberto. **O desenvolvimento da Instrução Pública em Alagoas**. Maceió: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1939.

BITTENCOUTT, Circe Maria Fernandes. **Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910)**. Educação e pesquisa, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 475-491, set./dez.2004.

BORGES, Abílio Cesar. Os Lusíadas, poema épico de Luis de Camões – edição publicada pelo Dr. Abílio Cesar Borges para uso das escolas brasileiras, na qual se acham suppressas todas as estâncias que não devem ser lidas pelos meninos. Bruxellas: Typographia e Lithographia, 1879.

ESPINDOLA. T. do Bomfim. **Relatorio da Instrução Publica e particular da Provincia das Alagoas** apresentado ao Exm. Srn. Dr. Esperidião Eloy de Barros Pimentel presidente da provincia pelo Dr. T. do Bomfim Espindola. Maceió: Typ. da Gazeta de Notícias, 1866.

FARGE. Arlete. **O sabor do arquivo**. Trad. Fátima Murad. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FONSECA, José da. **Os Lusíadas, poema épico de Luís de Camões**. Paris, na Livraria Europea de Baudry, 1846.

GONDRA, José Gonçalves SCUELER, Alessandra;. **Educação, poder e sociedade no império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

LARA, Sílvia H. **Os documentos textuais e as fontes do conhecimento histórico. Anos 90**. Revista do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Vol.15, n.28, p.17-39, dez./2008.

MIRANDA, Antonio Martins de. **Relatório** que ao Exm. Snr. Dr. João Vieira de Araujo mui digno Presidente da Província das Alagoas foi apresentado pelo Diretor Geral da Instrucção Publica da mesma Província Bacharel Antonio Martins de Miranda. Maceió, Fev. 1875.

RAMOS, Graciliano. **Linhas Tortas: obra póstuma**. 14^a ed. RJ: Record, 1989.

SANTOS, Monica Luise. **A educação de meninos negros na Escola Central em Maceió (1881-1893)**. Maceió: UFAL, 2008 (Monografia de Graduação em Pedagogia).

SANTOS, M^a Adriana. **A trajetória da Escola Normal de Maceió (1869-1889)**. Maceió: 2011. Monografia de Graduação em Pedagogia.

SILVA, Frabícia Carla de Albuquerque. **A tradição humanista no ensino secundário de Alagoas (1839-1889): herança de antigas matrizes**. Maceió, UFAL, 2013. (Dissertação de Mestrado em Educação).

SILVA, Rosângela dos Santos; ARAÚJO, Rose Mary de Souza. Os concursos públicos prescritos na Legislação: forma de ingresso nas escolas primárias. In: COSTA, Jean Carlo de Carvalho; ANANIAS, Mauricéia; ARAÚJO, Rose Mary de S. (Orgs.). **Temas sobre a instrução no Brasil Imperial (1882 -1889)**. Vol. II. João Pessoa: Marca de Fantasia, 2014, p. 121 -149.

SOARES, Magda. Português na escola: História de uma disciplina curricular. In: BAGNO, Marcos. (Org.). **Linguística da norma**. 3^a ed. SP: Edições Loyola, 2012, p.141 -160.

SOARES, Magda. Que professor de Português queremos formar? Boletim da ABRALIN- associação Brasileira de Linguística. Brasília, n. 25, ago. 2001.

TEIXEIRA, Ivan. **Os Lusíadas: (episódios) / Luís de Camões**. 6^a ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.

VILLELA, Heloísa de Oliveira Santos. Do artesanato à profissão: Representações sobre a institucionalização da formação docente no século XIX.. In: STEPHANOU, M^a; BASTOS, M^a Helena Câmara. (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005, p. 104 - 115.

VILELA, Humberto. **A escola normal de Maceió (1869- 1937)**. Maceió: Departamento de Educação, 1982.

Documento:

ROCHA, José Maria Tenório. Moreno Brandão: caráter reto e tribuno notável. Memórias Legislativas, vultos do passado, referências para as gerações presente e futura. Documento nº 14. Maceió, 1998.

FONTES DOCUMENTAIS

Caixa 059 no APA.

Caixa 03 no APA.

FONTES IMPRESSAS

DIÁRIO DAS ALAGOAS, Mac.,28/11/1859, ano II, nº 272

DIÁRIO DAS ALAGOAS, Mac., 01/12/1859, ano II, nº 275, p 1.

DIÁRIO DAS ALAGOAS, Mac. , 20/12/1859, ano II, nº 290, p.1. Diário das Alagoas, Mac., 23/09/1861, ano

DIÁRIO DAS ALAGOAS, Mac., 02/07/1869, p. 1, nº 148, ano XII, Mac., 09/01/1862, ano V, p. 06, nº 4.

DIÁRIO DAS ALAGOAS, Mac., 16/09/1861, ano IV, nº 212.

DIÁRIO DAS ALAGOAS, 23/01/1863, ano VI, nº 18, p. 3.

DIÁRIO DAS ALAGOAS, Mac., 14/12/1859, ano II, nº285, p.2.

DIÁRIO DAS ALAGOAS, Mac., 23/11/1860, ano III, nº 271, p.1.

DIÁRIO DAS ALAGOAS, Maceió, 02 de julho de 1869, p. 1, nº 148, ano XII.

DIÁRIO DAS ALAGOAS, Maceió, 24 de agosto de 1858, p.3, nº 145, ano II.

DIÁRIO DAS ALAGOAS, Maceió, 10 de janeiro de 1870, ano XIII, nº 06, p. 4.

DIÁRIO DAS ALAGOAS, Maceió, 24/08/1858, p. 3, nº 145, ano II.